EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: QUAL A REALIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)?

Pedro Rogério Soares Fiths¹, Ana Lúcia Olivo Rosas Moreira²

¹ Discente Ciências Biológicas, Departamento de Biologia. Universidade Estadual de Maringá. ²Docente e Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas do Departamento de Biologia na Universidade Estadual de Maringá. E-mail: pedrofiths@yahoo.com.br

RESUMO

A degradação ambiental excessiva e a depleção exagerada dos recursos naturais tem chamado a atenção em todo o mundo, resultando, cada vez mais, numa maior atração e interesse com o meio ambiente. A Educação Ambiental também acaba por se tornar foco dessas discussões, à medida que se começa a perceber que apenas conceitos ecológicos não são capazes de trazer uma práxis da população. Trabalhar Educação Ambiental em projetos de extensões universitárias, se dá de forma a levar o conhecimento científico para a comunidade, na busca de provocar uma melhoria de vida a partir de uma interação harmônica dessa com o ambiente. Analisados alguns relatórios finais de projetos de extensão da Universidade Estadual de Maringá (UEM) segundo a metodologia de Bardin (1997), podemos inferir que a instituição carece de projetos que estimulem a consciência ambiental da população.

Palavras Chaves: Educação Ambiental; Projetos de Extensão; Desenvolvimento Sustentável; Transdisciplinaridade

INTRODUÇÃO E OBJETIVO:

A degradação ambiental excessiva e a depleção exagerada dos recursos naturais tem chamado a atenção em todo o mundo, resultando, cada vez mais, numa maior atração e interesse com o meio ambiente.

Atualmente, considerando os desastres ecológicos, é impossível não perceber que o impasse entre civilização e natureza chegou ou está perto de chegar ao seu ponto mais agudo. Todo o futuro depende da solução desse impasse. Mesmo que seja uma solução parcial e provisória, é entendida como bem vinda, pois nos faz ganhar tempo, um tempo precioso no qual poderemos renovar forças e buscar alternativas (CAMARGO, 2004).

Nesse sentido, o impacto dos danos ambientais nas gerações atuais e seus reflexos para as futuras fizeram com que a questão ambiental atravessasse fronteiras e se tornasse globalizada (TINOCO *et al.*, 2004).

A Educação Ambiental (EA) também acaba por se tornar foco dessas discussões, à medida que se começa a perceber que apenas conceitos ecológicos não são capazes de trazer uma práxis da população.

Em 1977, ocorreu a Primeira Conferência sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, Geórgia, considerada o mais importante evento para a evolução da EA no mundo. A “Conferência de Tbilisi”, como ficou conhecida, contribuiu para precisar a natureza da EA, definindo seus objetivos, características, recomendações e estratégias pertinentes ao plano nacional e internacional. Ainda neste evento, a Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para resolução de problemas concretos do meio ambiente a partir de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Em 1999 foi criada no Brasil, a Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta apresenta entre seus objetivos fundamentais a necessidade do desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; o estímulo e fortalecimento de consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; o fomento e fortalecimento da integração com a ciência e tecnologia; autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (TINOCO *et al.*, 2004).

A lei em seu primeiro e o segundo artigo, descreve que Educação Ambiental, representa os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Caracterizada ainda, por ser um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Considerando a Educação Ambiental no nível universitário, esta temática deve ser tratada, de forma contínua, conceitos e valores, buscando a formação de profissionais responsáveis com as questões socioambientais. A Universidade por ser responsável pela produção de conhecimento, poderá atender as escolas e comunidades, desenvolvendo diferentes pontos críticos de visão, embasados nos conhecimentos científicos e populares, produzidos respectivamente por cada uma das partes integrantes desse processo.

A universidade perante a sociedade possui como um dos seus papéis a formação de profissionais e especialistas, no entanto, ultrapassando esta função, podem promover a extensão do ensino e da pesquisa à comunidade, mediante cursos e serviços especiais (TEIXEIRA *et al.*, 2003). Este tipo de projeto promove a possibilidade do estudante em colaborar com a nação, socializando o conhecimento, e estreitando as barreiras existentes entre a comunidade e a universidade.

A Extensão Universitária na América Latina teve a sua origem em Córdoba, na Argentina, em 21 de junho de 1918, quando estudantes elaboraram um manifesto reivindicando a abertura e a atenção da Universidade para as questões sociais, assim como para o regime de dominação colonial em que os latinos viviam (Araújo apud GURGEL, 1984).

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, no seu artigo 43, que trata das disposições e finalidades da educação superior, aponta que esta tem por escopo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade, objetivando sua integração com a comunidade da qual faz parte, e através destas mesmas ações, desenvolver a ciência e a tecnologia, visando contribuir com a construção e reconstrução da sociedade. Ainda, no parágrafo VII desse mesmo artigo, que trata exclusivamente da extensão universitária, aponta-a como o elo que liga a sociedade acadêmica com a comunidade em que ela está inserida, tornando-se, assim, o suporte que ampara e que, ao mesmo tempo, tem na comunidade o reflexo de sua estrutura institucional organizada (TEIXEIRA *et al.*, 2003).

A importância de se trabalhar Educação Ambiental em projetos de extensões universitárias, se dá de forma a levar o conhecimento científico para a comunidade, na busca de provocar uma melhoria de vida a partir de uma interação harmônica dessa com o ambiente, além de se impor como sendo uma responsabilidade social da Universidade para com a população. Porém, tal atividade educativa pressupõe a troca de saberes, entre a comunidade e a instituição, sendo que nenhuma das partes se apresenta como detentora total do conhecimento.

Neste sentido, a promoção da extensão universitária é vista como um trabalho social, permitindo possibilitar um direcionamento do pensar e do fazer acadêmico, comprometido com alguma renovação e mudança social. É conduzir uma alternativa para a universidade e para a sociedade, pois conforme Glucksmann (1980, p. 481), “a cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E nós não queremos que seja assim. Todos os jovens deveriam ser iguais perante a cultura”.

Nestes termos, analisando os trabalhos de extensão universitária da Universidade Estadual de Maringá - UEM, especialmente ao aspecto do desenvolvimento da Educação Ambiental, visamos buscar as condições reais e potenciais para a formação de uma sociedade comprometida com a qualidade de vida e com a sustentabilidade socioambiental.

METODOLOGIA

A realização desta pesquisa qualitativa e quantitativa está baseada na análise dos relatórios de projetos de extensão desenvolvidos pela UEM. Para tanto, contactou-se com a Diretoria de Extensão da UEM (DEX-UEM), na intenção de obter livre acesso à lista de projetos em execução na instituição. Tentou-se entrar em contato com os coordenadores dos projetos para autorização de acesso ao relatório final do mesmo, de todas as formas possíveis como por e-mail, telefone e até, pessoalmente.

Após a leitura flutuante dos relatórios disponíveis, realizou-se a análise de conteúdo, fundamentada nos referenciais de Bardin (1997). Foram identificadas frases do projeto que passaram a representar as categorias de análise, uma vez que a autora considera que as categorias de análise devem estar de acordo com o que se está disponível no texto. Sendo assim, foi formado um banco de dados dos projetos analisados.

Com base neste banco de dados quantificou-se e identificou-se os caracteres referentes à EA encontrados nos relatórios disponíveis, destacando, àqueles que apontavam questões socioambientais, de cidadania, cultura, educação e relacionadas à qualidade de vida.

RESULTADOS

Para iniciar a pesquisa deparou-se com certas dificuldades relacionadas com a comunicação com os orientadores. Aponta-se a ausência do contato com os coordenadores, além de constatar a dificuldade desse sujeito em respeitar os prazos de entrega dos relatórios, retardando assim e auxiliando numa elaboração não representativa do número real de projetos de extensão desenvolvidos pela UEM. Desta maneira, obteve-se um número de 20 relatórios disponíveis para análise, além de considerar outros 10 projetos em que o coordenador apenas relatou a inexistência com a relação da EA.

Estas dificuldades encontradas apontam para uma limitação dos resultados, considerando que, inicialmente, 400 projetos de extensão se encontravam em andamento. Como alternativa para complementar os dados encontrados, nova pesquisa será realizada com os resumos desses

projetos, os quais estão disponíveis no endereço eletrônico da DEX. No entanto, estes dados, por estarem em fase de análise, não serão apresentados no presente trabalho.

De acordo com as análises realizadas dos relatórios, podemos aferir que a Universidade Estadual de Maringá apresenta certa carência de projetos de extensão universitária que abrange a Educação Ambiental. Em termos gerais, pode-se afirmar que apenas um dos projetos cita a realização direta de atividades em Educação Ambiental; enquanto que um outro cita apenas atividades indiretas e, a maior parte dos projetos, enquadra-se na categoria que denominada “oculta”, uma vez que estes projetos apresentam certa relevância nos caracteres acerca das questões socioambientais, de cidadania, cultura, educação e a qualidade de vida. Finalmente, os projetos que não se encaixavam neste quadro, delineou-se como categoria “ausente”, conforme dispostos na Tabela 1:

Tabela 1. Educação Ambiental presente nos relatórios de projetos de extensão da UEM.

Categoria	Número de projetos
Direta	1
Indireta	1
Oculto	17
Ausente	1

Dentre os projetos classificados como ocultos, foram estabelecidas categorias que os representavam, conforme seu objetivo principal, sendo dispostos e organizados na Tabela 2.

Quando analisamos o público alvo dos projetos, alguns ainda visam comunidades fechadas, e não a sociedade comum como um todo. No projeto “A Orquestra de Flautas da UEM” tem seu público alvo, por exemplo, as comunidades acadêmicas, com cinco apresentações durante o período 2012-2013 para esse tipo de público. Enquanto outros apresentam números exorbitantes, como 50000 pacientes, ou mesmo 25000 visitantes, aproximadamente, como o caso do Museu Dinâmico Interdisciplinar, sendo estes voltados à educação e saúde da população de Maringá e Região.

Tabela 2. Categorias de análise de projetos enquadrados na categoria “oculto”

Categoria	Número de Projetos
Educação	9
Saúde	4
Cidadania	2
Cultura	2

É importante citar que, mesmo sem o acesso a alguns relatórios de projetos, o próprio coordenador afirma que o mesmo não tem ligação alguma com a EA. Somam entre estes um total de sete projetos, destacando que, dois projetos a professora coordenadora se encontra atualmente aposentada e outro projeto que está paralisado. Nestes termos, somam um total de dez respostas sem o envio de relatórios, totalizando trinta projetos da universidade em que houve resposta do contato.

DISCUSSÃO

Segundo Tozoni-Reis (2008), a Educação Ambiental é a inserção da espécie humana no ambiente, independentemente de onde fora criado. Nesta perspectiva, destaca-se que ela deve estar presente em vários núcleos da relação entre o ser humano em contato com a natureza. Seguindo o raciocínio, a autora descreve o homem como sujeito natural e que a crise ambiental surge da sua própria ação contra a natureza. Este sujeito, também denominado como um sujeito cognoscente, pois seria guiado por conhecimentos técnico-científicos, em que a educação teria um papel de extrema importância para a solução dos problemas ambientais e a cultura estaria na base da fiscalização destes problemas. O terceiro núcleo descrito refere ao ser humano como um ser histórico-cultural, em que a relação com a natureza seria compreendida por sociedade-natureza numa interação e interferência contínua.

Estes pontos citados demonstram a importância dos segmentos como questões socioambientais, de cidadania, cultura, educação e qualidade de vida em estratégias de EA. A educação fornece conhecimentos técnico-científicos, de extrema importância para que a pessoa entenda o “porquê” de preservar o meio ambiente, enquanto a sociedade através de sua cultura, possa transmitir para as gerações seguintes estes conhecimentos.

Partindo deste pressuposto, a EA deve agir dentro da educação e cultura de uma sociedade, afim de formar cidadãos com consciência ambiental, de forma que suas ações tomem um rumo de benefício ao equilíbrio da relação homem-natureza. Como podemos observar na Tabela 2, muitos projetos que não citavam a Educação Ambiental como foco principal, apresentam de alguma forma os temas relevantes para a mesma. No entanto, é de se questionar, porque eles não relevam a Educação Ambiental em suas respectivas áreas.

Souza (2005) revela que o Brasil tem investido cada vez mais em pesquisas científicas, e que isso decorre do fato de que a sociedade brasileira acredita que este seria o caminho para um desenvolvimento econômico e sustentável. Giardinetto (1997) disserta, em sua tese, idéias sobre a supervalorização de certos conhecimentos no ensino de matemática, que hora é o saber cotidiano,

importante para o desenvolvimento do aluno, sendo que em outro momento, promove a valorização do conhecimento científico. Isto é evidente nos relatórios avaliados, que em muitos foram encontrados relatos de que a comunidade teria acesso a conhecimentos científicos, inclusive acerca de conceitos sobre Ecologia, porém, não há relatos da construção de uma consciência cidadã e ambiental. Desta maneira, classificamos estes projetos na categoria oculta, uma vez que este abrange parte da EA.

Nas categorias saúde, cidadania e cultura temos dois aspectos opostos a analisar. Apesar destas áreas possuírem correlação com a EA, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, os projetos analisados não se preocupam em apontar algum aspecto socioambiental, além daqueles propostos inicialmente, nem realizam a integração desses objetivos. Ou seja, não transcender os objetivos iniciais, inseridos nas áreas correspondentes a sua aplicação como a saúde humana, cultura, fiscalização de poderes públicos e outros. Observa-se ainda, outra limitação dos trabalhos, correspondentes à aplicação para um público exclusivo, como acontece com o projeto “A Orquestra de Flautas da UEM”, que atende apenas à comunidade acadêmica.

É de se preocupar que a Década da Educação Ambiental, instaurada pela UNESCO e que perduraria de 2005 à 2014 (TRAJBER, 2007) esteja acabando e, que a Universidade apresente poucos projetos extensivos com esta temática, além da baixa preocupação com a promoção da transdisciplinaridade nos projetos. Se queremos um país realmente sustentável com base no artigo 225 da Constituição Federal, é necessário uma maior preocupação desta universidade. Caso o cenário se repita em outras instituições, ações conjuntas serão oportunas para o desenvolvimento tanto da comunidade acadêmica como a do entorno em relação a consciência crítica das questões socioambientais.

CONCLUSÃO

Concluimos que, com base nos resultados, a Universidade Estadual de Maringá, carece de projetos que incentivem a conscientização ambiental e a promoção de uma relação harmônica entre a comunidade e o ambiente. Sendo a maior causa deste a supervalorização do ensino científico e sua popularização, sem o comprometimento do despertar da consciência cidadã para com o meio ambiente.

Evidencia-se a necessidade de maior número de projetos de extensão voltados aos problemas socioambientais, integrando as diversas dimensões envolvidas.

REFERENCIAS

ARAÚJO, F. P., CASMIRO, L. C. S. R.. **A importância dos projetos de extensão universitária na formação de cidadãos leitores**. Rio de Janeiro : UNIRIO, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

CAMARGO, A., COPABIANO, J. P. R., OLIVEIRA, J. A. P.. (ORGS.). **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós rio-92**. 2. ed., rev.; São Paulo : Estação Liberdade : Instituto Socioambiental ; Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GIARDINETTO, J. R. B.. **O Fenômeno da supervalorização do saber cotidiano em algumas pesquisas da Educação Matemática**. São Carlos : UFSCAR, 1997.

GLUCKSMANN, C. B.. **Gramsci e o estado – por uma teoria materialista da filosofia**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1980.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez : Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, n.248, 23 dez.1996.

Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário oficial da república federativa do Brasil**, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.

SOUZA, W. **O Parlamento e a valorização da Ciência**. Jornal da Ciência, 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=24960>>. Acesso em 11 de agosto de 2013.

TEIXEIRA, E. G., TEIXEIRA, M. C. S., VILAÇA, P. L. A.. **Três perspectivas sobre um projeto de extensão universitária: sala de situação da criança e do adolescente**. Belém : UNAMA, 2003;

TINOCO, J. E. P., KRAEMER, M. E. P.. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo : Atlas, 2004.

TOZONI-REIS, M. F. C.. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. 2ªed. rev. Campinas : Autores Associados, 2008.

TRABJER, R., MELLO, S. S. (COORD.). **Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental : UNESCO, 2007.